

**ACTA NÚMERO 10**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2011**

Aos 29 dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, reuniu, ordinariamente pelas 20.30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, o senhor Manuel Antunes de Magalhães e a Dra. Olga Samões respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Dr. Abel Coelho, Senhor Carlos Pereira, Dr. José Luís Gaspar, Dr. António Araújo e Dr. Jorge Mendes, respectivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

**Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:**

Pedro Cunha, Ercília Costa, Amélia Oliveira, Raimundo Carvalho, Luis Rua Van Zeller Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Baptista, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marque Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Carla Babo, Cristina Lucinda Teixeira, Joaquim Cândido Leite Moreira, **Manuel Pinheiro**, Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Luísa Maia, Eduardo Oliveira Pinheiro, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, António Alcino Norte Simões, Pedro Miguel Varejão Reis, Sandra Cristina Marinho, Raquel Canito, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Carlos Cerqueira, **Jorge Daniel Bessa Pinto** Adriano Santos, **Fernando Gabriel Teixeira**, Luís Teixeira Ricardo, José Francisco Rodrigues, António Duarte, Ana Rita Batista e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia  
ABOADELA – António Joaquim R. Gonçalves  
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura  
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho  
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo  
BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes  
CANADELO – António Dias Vitória  
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho  
CARNEIRO – Joaquim Briga

CEPELOS – Américo Paulo S. Ribeiro  
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro  
FIGUEIRÓ ( St<sup>a</sup> Cristina) – Fernando Teixeira Mendes  
FIGUEIRÓ (S<sup>o</sup> Tiago)– Daniel Pinheiro  
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro  
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho  
FREIXO DE CIMA – Abílio Neves  
FRIDÃO – José Manuel Magalhães Teixeira  
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho  
GONDAR – António Bastos Teixeira  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Manuel Pinheiro  
LOMBA –Paulo Vasconcelos, substituído por José Sidónio Vasconcelos  
LOUREDO – Carlos Magalhães  
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães  
MADALENA – António Pinheiro, substituído por Mafalda Oliveira  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira  
OLO – Manuel António Leite Ribeiro  
PADRONELO – Luís Silva  
REAL – José Augusto Sousa Oliveira  
REBORDELO – José Meireles Machado, substituído por Paulo Ribeiro  
SALVADOR – António Gomes Pinheiro  
SANCHE – Henrique Monteiro  
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro  
TRAVANCA – Fernando Cunha  
VARZEA – Abílio Sampaio  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo  
VILA CHÃ – Rui Coelho  
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Justificaram em devido tempo as faltas a senhora deputada Maria Rosa Castro Estebaiña

Foi de imediato dado conhecimento da correspondência recebida até esta data.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu um requerimento que a seguir se transcreve, subscrito pelo senhor deputado Eng. Henrique Baptista.

#### REQUERIMENTO

“É uma competência da Mesa dar cumprimento ao Regimento aprovado na Assembleia Municipal de Amarante, bem como dar cumprimento à Lei e elaborar a ordem do dia das sessões. (artigo 5<sup>o</sup> alínea c).

Ainda se acordo com o Regimento no âmbito do funcionamento da Assembleia, ponto n<sup>o</sup> 2, do artigo 9<sup>o</sup>, a Sessão ordinária, entre outros assuntos que estão consagrados na Lei e no Regimento, deve a Assembleia Municipal proceder e passo a citar “à apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação”.

Ora, não estando na agenda de ordem de trabalhos desta sessão, o referido inventário municipal, por este meio venho dar conta do incumprimento do Regimento no que concerne à matéria citada, e, deste modo, requerer a V<sup>a</sup> Excia, que antes de iniciar o período de antes da ordem do dia, afira da legalidade da convocatória e do cumprimento das obrigações que a este Órgão do Município compete, no estrito cumprimento da lei e do regimento". O Requerimento encontra-se nos anexos desta acta onde pode também ser lido na integra.

Terminada a leitura do requerimento, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, leu e artigo 9<sup>o</sup>, ponto 2 do Regimento. Disse ainda que nesta convocatória apenas está plasmada a segunda parte deste artigo, mas também é verdade que avaliar o inventário da Câmara Municipal de Amarante, ou de outra qualquer não é fácil. Nunca se sabe o que é do domínio público, o que é do estado ou o que é da Câmara. Também é verdade que nunca foi feito semelhante inventário. Parece-lhe que não está a ser cometida nenhuma ilegalidade, mas fará tudo para que esse relatório seja presente na 5<sup>a</sup> sessão da Assembleia Municipal.

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra, o senhor deputado perguntou ao senhor Presidente da Assembleia se a Câmara não entregou o inventário ou se não tem o inventário, o que lhe foi respondido que não o entregou. Se a Câmara não o tem. Está em ilegalidade pura.

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara disse que as autarquias são entendidas como empresas. Tem neste momento implementada a contabilidade de custos, que obriga a fazer um inventário. Nenhum município ainda o fez porque não é fácil fazê-lo. Dizer que um município tem milhões, mas que estão aplicados em estradas, satisfaz as pessoas, mas como valor nada vale porque não é um bem vendável.

Não é fácil distinguir o que são bens de domínio público municipal e bens de domínio privado municipal. Que valor atribuir a um bem do domínio público municipal?

A convocatória não pode ser nula. Apenas há uma falha do Executivo a que a Assembleia é alheia, logo não pode ser culpada pela falta do relatório. Disse também que a Administração Pública não pode ser comparada à Administração Privada. Terminou a intervenção a dizer que qualquer dia os eleitos locais vão a passar a vida preocupados com questões administrativas em vez de executarem o programa eleitoral.

A senhora deputada, DRA. **ERCILIA COSTA**, pediu a palavra para dizer que o requerimento não devia ter qualquer discussão. Devia apenas ser admitido e ter o encaminhamento comum para situações deste género. Deve cumprir-se o Regimento.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer a correspondência recebida até esta data, tendo feito a leitura

integral de uma carta remetida pelo, com o registo de entrada nº 9173/2011, sob o assunto "RETIRADA DE CONFIANÇA POLITICA".

Fez também a leitura integral de uma carta remetida pelo senhor Engenheiro Henrique Baptista, com o registo de entrada nº 10151/2011, sob o assunto "RETIRADA DE CONFIANÇA POLITICA".

Foi também dado relevo ao relatório de actividades da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Amarante CPCJ.

Deu entretanto entrada na Mesa um Voto de Pesar relacionado com o recente acidente ocorrido no dia 22/04/2011 na freguesia de Vila Chã, que a seguir se transcreve:

#### **VOTO DE PESAR**

"Foi com perplexidade e profunda dor que assistimos à tragédia ocorrida no dia 22.04.2011 na freguesia de Vila Chã do Marão.

Sentindo uma profunda mágoa pela nefasta ocorrência não podemos deixar de manifestar a nossa solidariedade e enviar os mais sentidos pêsames aos familiares das falecidas bem como a toda a população da freguesia enlutada, esperando ainda um rápido restabelecimento dos feridos ainda internados. Neste contexto propomos que esta Assembleia Municipal aprove um VOTO DE PESAR pelos sinistrados do brutal acidente e guarde um minuto de silêncio em memória das vítimas mortais".

O Voto de Pesar foi posto à votação tendo sido aprovado por UNANIMIDADE e guardado de seguida um minuto de silêncio.

Usou de seguida a palavra o senhor deputado Eng. Henrique Baptista.

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA - PSD**

No uso da palavra o senhor deputado fez a leitura de um PROTESTO relacionado com a "apresentação pública da carta da Comissão Política Local do PSD de Amarante, que visa uma suposta retirada de "confiança política" a um militante do Partido Social Democrata...". O documento encontra-se nos anexos desta acta – ANEXO 3- onde pode ser lido na integra.

Terminada a leitura do protesto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse-lhe que enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não toma nem tomará qualquer partido em situações destas, até porque não são essas as suas funções. Por outro lado, o protesto não tem razão de ser, porque não foi ele que lhe retirou a confiança política.

### **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Inscreveram-se os senhores:

#### **DRA. AMÉLIA OLIVEIRA –PSD**

No uso da palavra a senhora deputada perguntou ao senhor Presidente da Câmara se ele tinha conhecimento da retirada de lâmpadas que a EDP está a levar a efeito em algumas freguesias do concelho. Perguntou ainda se os senhores Presidentes de Junta tinham conhecimento disto.

Referiu-se de seguida aos transportes escolares e à forma como as crianças são transportadas. O que diariamente se vê é uma vergonha. Qualquer dia temos na Assembleia um voto de pesar por uma ou mais crianças mortas nos transportes escolares. Que solução para isto?

### **ENG. LUÍS VAN ZELLER – PSD**

No uso da palavra colocou as seguintes questões ao senhor Presidente da Câmara:

1 – Qual a razão de tamanho desrespeito do senhor Presidente da Câmara pelo órgão Assembleia Municipal ao fazer aprovar pelo Executivo Protocolos com a EDP sobre questões relacionadas com a Barragem de Fridão com o seu total desconhecimento, sendo certo que este aprovou em devido tempo um voto contra tal projecto e que possui uma Comissão de Acompanhamento da referida barragem que foi mantida sobre o assunto em total ignorância por quem de direito.

2 – Qual o motivo da urgência em fazer aprovar Protocolos com a EDP quando a A.H.F. nem sequer está licenciada e a pouco tempo da anunciada saída do RECAP, previsto para o próximo mês de Maio, quando a D.I.A. nos elementos a entregar com o citado RECAP em lado nenhum fala no estabelecimento de acordos com a interessada e interessada (digo eu) EDP. Aquilo que a D.I.A. refere no seu ponto 12 é da elaboração e apresentação à Autoridade da A.I.A, previamente ao RECAP de um projecto da Agência de desenvolvimento regional, em colaboração com a CCDRN, os municípios abrangidos pelo AH de Fridão e outros agentes locais que promova o desenvolvimento económico e social e cultural da bacia do Tâmega.

Adianta ainda a D.I.A. no ponto em referência que o modelo de gestão deverá assegurar a participação dos agentes locais da comunidade científica e das organizações não governamentais. É ainda referido que a composição e o modelo de gestão da Agência de Desenvolvimento Regional devem ser reequacionados caso os aproveitamentos hidroeléctricos previstos para a bacia do Tâmega venham a ser aprovados. O que volto a lembrar ainda não aconteceu e nada garante que venha a acontecer.

3 – Qual a explicação que o senhor Presidente dá para a inclusão nos já referidos Protocolos de cláusulas de confidencialidade onde se prevê taxativamente e passo a citar “cada uma das partes obriga-se perante a outra a manter a confidencialidade acerca do conteúdo do Protocolo e de qualquer informação escrita ou verbal relativa a quais quer dados, elementos ou documentos que lhe tenham sido prestada no âmbito da execução do protocolo e que não seja do conhecimento público”.

4 – Qual a justificação que se encontra subjacente à afirmação constante do ponto nº 7 da proposta levada à reunião de câmara em que o senhor Presidente diz ter feito saber à EDP que não aceitaria esse critério de divisão uma vez, que no caso concreto, o município mais prejudicado, era o que receberia menos compensação. Sendo como é sabido o nosso município aquele que menor área afectada terá na eventualidade de o projecto ir por diante, qual a base para a afirmação de que este seria efectivamente o mais prejudicado?

5 – Finalmente qual a posição do executivo que será bom recordar aprovou em tempo e por unanimidade um voto contra a construção da

barragem, a partir da assinatura do acordo com a EDP quando este no seu ponto 16 prevê que a Câmara Municipal se comprometa a não assumir posições que possam colocar em causa a sua concretização e a reconhecer que a A.H.F. contribuiu globalmente para o desenvolvimento do município e da região da bacia do Tâmega, para além de reconhecer o seu alinhamento com os objectivos do programa de política energética nacional. Por tudo isto, não entende o senhor Presidente que se tratou de uma rendição total aos desígnios da EDP?

#### **DR. MANUEL PINHEIRO – PSD**

No uso da palavra referiu-se à retirada de confiança política ao senhor Engenheiro Baptista e perguntou ao senhor Presidente da Assembleia o que é que vai acontecer ao senhor deputado, porque parece que não é assim tão linear a retirada de confiança política a alguém.

Referiu-se de seguida ao Regimento para dizer que o artigo 9º da lei 169/99 diz que é efectivamente obrigatório que na 2ª ou 5ª sessão seja apresentado o relatório dos bens patrimoniais.

#### **PROF. CANDIDO MOREIRA – PS**

No uso da palavra referiu-se à carta que foi anteriormente lida e subscrita pela Joana Ferraz, dizendo que quem se candidata a um lugar numa mesa de voto, deve conhecer minimamente a lei. Quem escolhe as pessoas para as mesas de votos, são os partidos e só depois é que a Câmara entra no processo. Disse também que é preciso algum cuidado na escolha das pessoas porque nas últimas eleições houve uma assembleia de voto que não fez as actas porque não sabiam e outros levaram para casa papéis do processo. Se calhar é melhor voltar ao processo antigo, onde a presença nas mesas de voto não era paga.

#### **DR. NORTE SIMÕES – BE**

No uso da palavra, o senhor deputado referiu-se ao possível acordo que a Câmara Municipal pretende estabelecer com a EDP, protocolos esses a celebrar no âmbito das medidas de minimização/compensatórias pelo AHF.

Falou também nas cláusulas de confidencialidade do protocolo, que a serem aceites privam os amarantinos do conhecimento transparente do seu conteúdo, o que leva que Amarante além de prejudicada pela construção da barragem, ainda tenha de participar as eventuais medidas de compensação. Referiu ainda a cláusula 16 do protocolo, que compromete a Câmara em não assumir posições que possam colocar em causa a sua concretização, posição esta que contraria a sua posição oficial contra a construção da barragem aprovada por unanimidade na reunião de 8 de Fevereiro de 2010.

A Intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta – ANEXO 4 – onde pode ser lida na íntegra.

## **SR. FERNANDO CARNEIRO – PSD**

No uso da palavra, o senhor deputado referiu-se ao Quartel da GNR, dizendo “que nos últimos 15 anos o PS tem vindo a vitimizar-se e a culpabilizar o PSD pela não concretização do novo Quartel”.

Disse também que nas últimas eleições autárquicas essa mais uma bandeira do Partido Socialista e só passado um ano e meio é que de uma forma apressada se levantou o véu sobre o assunto, tendo sido assinado o protocolo com o governo em gestão, provavelmente para arranjar novos culpados.

A “única novidade que resulta deste protocolo é que o município se responsabiliza pela elaboração e pagamento do respectivo projecto”.

Referiu-se ainda à linha do Tâmega “elogiando” a postura do Sr. Presidente da Câmara por “finalmente ter assumido o encerramento definitivo da linha do Tâmega, na da que já não se soubesse, justificando-se com o desrespeito da parte do Governo”.

A intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta, - ANEXO 5- onde pode ser lida na integra.

## **DR. ADRIANO SANTOS – CDS**

No uso da palavra começou por dizer que o CDS teve conhecimento da ratificação pelo Executivo do protocolo entre o Município de Amarante e a Direcção Geral de Infra estruturas e Equipamentos para a construção do novo Quartel da GNR, o que leva a admitir que o Senhor Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, foi deselegante directamente com o senhor Presidente da Câmara e indirectamente com todos nós. Não se convida ninguém para a assinatura de um protocolo, sem antes dar a ler o conteúdo definitivo do que se irá assinar.

O senhor Secretário de Estado ao não enviar a minuta definitiva que seu bel prazer alterou, o que irá acarretar custos para o município, não só porque a execução do projecto ficará a cargo do município mas também porque:

Foi suprimida do protocolo que veio a esta Assembleia a clausula 7 que a DGIE suportasse os encargos com eventuais trabalhos a mais até ao limite de 5% do valor da adjudicação...”.

Continuou a intervenção para dizer que a atitude do executivo em assinar de “cruz” o protocolo foi lamentável. Não deve ser agora que se deve gastar quinhentos quando se anda a desligar as luzes públicas para poupar cinquenta.

A intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta - ANEXO 6 - onde pode ser lida na integra.

## **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra, o senhor deputado perguntou mais uma vez se a Câmara tem ou não o inventário dos bens. Disse também ao senhor deputado Prof. Cândido Moreira, que a Assembleia é um órgão político, deliberativo e fiscalizador.

Leu de seguida um texto relacionado com uma "comunicação partidária...provinda da Comissão política da Secção do Partido Social Democrata de Amarante e relativa à retirada de confiança política à sua pessoa. O texto desta intervenção encontra-se nos anexos desta acta – ANEXO 7- onde pode ser lido na integra.

### **SR. ANTONIO DUARTE – CDU**

No uso da palavra, o senhor deputado começou por dizer que estava de acordo com o senhor Presidente da Câmara quando este diz que dentro da Administração existem funcionários públicos. Referiu-se de seguida às obras da ligação Agração á variante que por altura das ultimas chuvas foram abandonadas tendo ali ficado crateras onde vários carros por essa altura caíram. Não lhe parece correcta esta atitude.

Prosseguiu a sua intervenção para se referir à extensão de saúde Várzea, que ficou com excelentes condições. Foi ali feito um bom investimento, mas para que serve se não há médicos. Marcam as consultas aos doentes mas não as efectuam porque não médicos.

Referiu-se ainda às obras do túnel do Marão, para dizer que as paredes das casas situadas nas imediações da obra estão todas partidas e sem solução de reparação à vista. Quem vai assumir a reparação, uma vez que os proprietários continuam sem solução à vista.

### **DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra, começou por perguntar ao senhor Eng. Van Zeller se ele na sua intervenção tinha dito se o projecto da barragem foi ou não aprovado.

Prosseguiu a sua intervenção para dizer que há uns anos atrás ouviu num comício do PSD, alguém que hoje tem responsabilidades nesta Assembleia, pôr em causa a seriedade do senhor Presidente da Câmara no que dizia respeito ao processo de construção do posto de combustíveis da Petrofel. Hoje não ouviu ninguém pedir desculpa à Câmara, mesmo sabendo que o Tribunal lhe veio dar razão. Por outro lado, fica perplexa com as palavras do senhor deputado Fernando Carneiro quando este diz na sua intervenção que "num governo de gestão a Câmara assinou um protocolo para a construção do novo quartel da GNR", esquecendo-se que foi já num governo de gestão que, numa estranha aliança na Assembleia da Republica, foi revogado o modelo de avaliação de desempenho dos professores. Hoje, sabe-se que o Tribunal Constitucional veio chumbar essa revogação.

Temos de levar as coisas a sério e não colocar as questões com artimanha. Levantar suspeitas não fica bem ao PSD. Em nome da bancada do PS reafirma que aquilo que se está a passar a nível do PSD não é razoável. Quem conhece o senhor Presidente da Câmara sabe que não é justo desconfiar da sua seriedade.

## **SR. FERNANDO CARNEIRO – PSD**

Em resposta à senhora deputada, disse-lhe que nunca pôs em causa a seriedade do senhor Presidente da Câmara, mas apenas a eficácia da gestão do senhor Presidente da Câmara.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara.

## **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, começou por dizer que relativamente ao programa da eficiência energética, não convidou nenhum Presidente da junta a pronunciar-se porque só os convidas quando vão fazer algo de bom para as populações. Fora disso não o faz. Se algum Presidente de Junta quiser dar a cara por essa campanha da eficiência energética que o faça, mas não lhe parece que nenhum queira ser o primeiro a tomar a iniciativa.

Referiu-se depois à sobrelotação dos transportes escolares e disse que onde houver carreira pública os alunos são transportados em carreira pública. As pessoas não podem nem devem viajar amontoadas e se as empresas não cumprem devem as pessoas alertar as autoridades.

Disse ainda que os protocolos são da competência da Câmara e a Câmara não abdicará disso. Se as decisões da Câmara contrariarem as competências da própria Câmara, enquanto Executivo não as cumprirá.

Quanto à urgência dos protocolos disse que a sua assinatura passa por várias etapas. A primeira é a E.I.A que recai sobre uma primeira decisão que é a D.I.A com medidas que a concessionária terá de respeitar. Estas medidas dão origem ao P.R.E.C.A.P. Só depois de tudo isto é que nasce o projecto. Na D.I.A. é dito que tem de ser apresentado os estatutos de uma Agência de Desenvolvimento Regional que será financiado com uma percentagem de 2% líquido do valor do rendimento anual da barragem.

A EDP propôs-se financiar alguns projectos municipais. A EDP, através de protocolos adianta o dinheiro. Presume-se que esse rendimento ande à volta de 6 milhões de euros. O critério da divisão desse dinheiro tem a ver em primeiro lugar com a área inundada. Amarante apenas tem 22% do valor total, o que leva a que Amarante seja prejudicada. Por isso, é que defende a criação de Agência de Desenvolvimento Regional. Da Administração da EDP recebeu a notícia de que seria feito um protocolo suplementar entre o Município e a EDP. Que fique claro que o protocolo a ser celebrado é-o entre a EDP e o Município de Amarante e não com o Presidente da Câmara.

A D.I.A. propõe uma parceria com os municípios. O senhor Engenheiro Van Zeller devia ter lido o documento com mais atenção.

No que diz respeito à confidencialidade disse que ela apenas se verifica em relação a outros municípios. Nenhum outro município tem que saber quanto é que Amarante ou outro poderá vir a receber. Há neste

processo Municípios que nem sequer vão levar o protocolo à reunião do Executivo.

Relativamente à linha do Tâmega disse que é efectivamente verdade o que em tempos disse a um jornal. O senhor Secretário de Estado e o senhor Ministro das Obras Públicas não se portaram bem e ainda hoje não sabe o que irá acontecer.

Quanto ao Quartel da GNR, disse que em tempos, a incompatibilidade que existiu entre o PSD e o Movimento Amaramarante, impediu a assinatura do protocolo para a construção do quartel. Escreveu nesse tempo ao senhor Secretário de Estado do governo PSD e ainda hoje está à espera de resposta. No seguimento deste esclarecimento, disse ao senhor deputado Adriano Santos que em democracia quem governa são as maiorias. Se os governos não cumprem a bem, vão ter de cumprir a mal. O protocolo foi assinado com um governo de gestão mas em pleno gozo de funções.

Respondeu de seguida ao senhor deputado António Duarte a quem disse que a Câmara não tem de colocar médicos. Agora, uma das razões para acabar com muitos destes é acabar com as corporações.

Relativamente ao túnel do Marão, disse-lhe que a empresa devia ter vistoriado as casas antes de ter iniciado a obra. Se não o fez, vai ter de assumir agora todas as reparações.

#### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra, o senhor deputado fez uma interpolação à mesa para dizer que Regimento estabelece regras de funcionamento que devem ser cumpridas. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se por acaso aparecesse numa reunião de Câmara, onde há regras perfeitamente definidas, um munícipe que decidisse falar o tempo que quisesse e do que lhe apetecesse, se ele tinha a mesma paciência para o ouvir, quanta tem o Presidente da Assembleia.

Conclui a intervenção para dizer também ao senhor Presidente da Câmara, que o impasse na construção do quartel da GNR, se deve ao facto de o senhor Presidente continuar a confundir um quartel para um esquadrão, que na estrutura organizacional da GNR, não se enquadra em Amarante, com uma esquadra da GNR.

#### **DR. NORTE SIMÕES – BE**

No uso da palavra, começou por dizer que quanto à barragem estamos conversados. O BE continua contra a construção da barragem. A Câmara em tempos votou também contra a construção da barragem, mas, o que hoje se verifica é que acabou por assinar um protocolo.

Quanto à linha do Tâmega perguntou-lhe se quer continuar a ter os Amarantinos em suspense, sem dizer o que pretende fazer para que as pessoas que vivem junto à linha possam ou vir a ter de novo o comboio. Não basta vir para o jornal mostrar indignação.

Terminadas as intervenções dos senhores deputados, foi aberto o período destinado às intervenções do público. Como ninguém se inscreveu

para usar da palavra, passou-se de imediato para o Período da Ordem do Dia.

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011**

Relativamente a este ponto, o senhor **DR. VÍTOR REI**, solicitou que na página 4 da acta fosse corrigida a sigla partidária de PS para PSD. Solicitou ainda que fosse acrescentado um resumo da intervenção que fez, inserta da página 6 da acta de 25 de Fevereiro do seguinte teor: No uso da palavra, referiu-se à Linha do Tâmega, dizendo que no Programa eleitoral do Partido socialista em 2009 já era dado como certa a remodelação da linha do Tâmega, perguntado se estava ferido o “Orgulho” do Partido Socialista de Amarante que tanto apregoaram durante a campanha eleitoral de 2009? Relembrou que só falta a desclassificação da linha para que a CP deixe de assegurar os transportes alternativos, porque só a aí é que a população vai sentir a falta da linha. O Partido Socialista tem andado a atirar com “areia aos olhos” dos amarantinos?

Terminou a intervenção perguntando ao senhor Presidente da Câmara se ainda acreditava na palavra do senhor Primeiro Ministro e da senhora Secretária de Estado dos Transportes?

Continuou a sua intervenção referindo-se à Barragem de Fridão para dizer que em meados de 2010 é tornado pública a aprovação do último estudo de impacte ambiental do plano das setes grandes barragens, na qual se inclui a de Fridão.

Indicou-se o início das obras da barragem de Fridão para Março de 2011. com início da exploração em Novembro de 2018

Em recente deslocação a Trás-os-Montes o Primeiro-ministro ao passar na futura barragem do Tua disse que durante o ano de 2011 estariam em construção, em Portugal 7 barragens.

Sendo por demais obvio que o início da construção da barragem está por dias ou poucos meses, perguntamos: Em que estados estão as negociações sobre as contrapartidas a receber pelo município.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi o documento de imediato posto à votação. Apurou-se o seguinte resultado:

**VOTOS CONTRA – 0**

**ABSTENÇÕES – 6**

**VOTOS A FAVOR – 58**

A acta foi também aprovada em minuta por UNANIMIDADE.

### **PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra o senhor deputado começou por dizer que procurou no relatório algo sobre a Avenida Alexandre Herculano, mas continua a não encontrar nada sobre o seu arranjo. Lembrou o grave acidente que aconteceu em Vila Chã e a confusão que se criou com a passagem das ambulâncias na referida Avenida, porque havia estacionamento por todo o lado, incluindo logo no principio, junto à garagem da Rodonorte, onde alguns dos veículos prioritários perdiam cerca de 15 minutos para conseguir passar. Quando tanto se fala em mobilidade, para quando a resolução dos problemas daquela zona?

### **DRA. ERCILIA COSTA – PS**

No uso da palavra referiu-se aos resultados da Câmara mas entidades participadas a que alguns senhores deputados muitas vezes se referem. É preciso ver onde está a cabeça e a cauda da serpente. No que diz por exemplo respeito à Resinorte, verifica-se que Amarante cumpre com a quota que lhe compete. E os outros?

### **DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, começou por dizer à oradora anterior que os municípios que cumprem com as quotas são: Amarante, Baião, Boticas, Santa Marta, Fafe e Cinfães. Os outros devem mais de 24 meses, o que faz com que o débito já vá nos 14 milhões de euros. É preciso recorrer à banca e isto agrava os custos para os municípios cumpridores.

Relativamente à Avenida Alexandre Herculano disse que se o problema está na curva da garagem, não vê grande solução para o minimizar. No resto da rua, e porque há transito nos dois sentidos, parte da organização terá de partir dos automobilistas. Mesmo com os pinos que ali foram colocados continua a estacionar-se abusivamente. As pessoas tem parque pago no Arquinho, que não utilizam porque preferem estacionar de qualquer maneira. Tem solicitado o apoio da GNR para tentar minimizar o problema. Disse também que não concorda com o alargamento da rua, porque isso iria ocupar terrenos reserva agrícola. Deve é melhorar-se o piso e criar um passeio.

A concretizar-se a construção da Barragem será construída uma via por Gatão, que provavelmente aliviará o transito na Avenida. Se isso vier a acontecer a Avenida terá de ser objecto de outro tratamento.

### **ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD**

No uso da palavra, começou por dizer que gostou da pergunta que a senhora deputada Ercília Costa formulou. Gostou também da resposta que o senhor Presidente da Câmara deu. Pegando nas palavras do senhor Presidente e por uma questão de decoro enquanto deputado municipal, vai fazer um pedido de esclarecimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, na convicção de que numa próxima Assembleia Municipal o senhor Presidente da Assembleia Municipal dará solução ao esclarecimento que agora solicito.

**PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** – Procurarei ser o mais sintético possível nas questões a formular, mas também gostaria que V. Excia providenciasse para que as respostas às mesmas seja clara e objectivas. Assim permita-me que passe a questionar – 1 – Na competência da Mesa da Assembleia, nomeadamente no que concerne à alínea g) do artigo 5º do Regulamento desta Assembleia, como poderá V. Exa. justificar que nunca até hoje, a Câmara Municipal tenha facultado os resultados das actividades das diversas associações e sociedades anónimas, em que esta município detém participação no respectivo capital social?

2 – E, nesse contexto, estará V. Exa. em condições de garantir que tem exercido até hoje, a competência que lhe cabe como Presidente da Mesa, no âmbito da alínea i) do mesmo artigo?

Em suma requereu v. Exa. ao órgão Executivo. A documentação e informação respectiva, inerente à participação da Câmara nas diversas associações de municípios, sociedades anónimas e outras de que a Câmara faz parte, necessárias ao exercício das competências desta Assembleia e ao desempenho das suas funções?

### **PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO FINANCEIRO DE 2010**

Relativamente a este ponto nenhum senhor deputado quis usar da palavra. Foi de imediato posto a votação, tendo sido apurados o seguinte resultado:

**VOTOS CONTRA – 0**  
**ABSTENÇÕES – 14**  
**VOTOS A FAVOR – 59**

Foi também aprovado em minuta, por UNANIMIDADE, para produzir efeitos imediatos.

### **PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS**

Relativamente a este ponto nenhum senhor deputado quis usar da palavra. Foi de imediato posto a votação, tendo sido apurados o seguinte resultado:

**VOTOS CONTRA – 0**  
**ABSTENÇÕES – 13** de alguns senhores deputados do PSD e do BE  
**VOTOS A FAVOR – 58-** dos deputados do PS, alguns do PSD do CDS/PP e da CDU

### **PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA ECOPISTA DO TÂMEGA**

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

**DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD**

No uso da palavra começou por perguntou qual a lei habilitante para as contra ordenações propostas no Regulamento. As sanções também não podem ser postas assim de forma tão genérica. Algumas das sanções do regulamento, já são sancionadas pelas entidades competentes. Este regulamento é muito impreciso. Será que é apenas para encaixilhar?

### **DR. NORTE SIMÕES – BE**

No uso da palavra disse que a pista devia ter bebedouros ao longo do percurso. Devia também haver uma separação entre ciclistas e caminhantes, de modo a evitar conflitos.

### **PROF. PEDRO REIS - PSD**

No uso da palavra disse que era importante colocar sinalização de obrigatoriedade de circular pela direita. Há também dois pórticos que não são visíveis atempadamente pelas bicicletas. Alertou também para alguns dos pontos que ficam inundados quando chove, nomeadamente a zona da ponte entre outras.

### **SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU**

No uso da palavra disse que é um dos melhores equipamentos desportivos que algum dia se construíram em Amarante. Não há ali preconceitos . Com estas obras S. Luzia melhorou significativamente com o arranjo envolvente que ali foi feito.

O senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, alertou também para o facto de na página 3 artigo 5º constar duas vezes o ponto nº 3 . No artigo 9º propôs a eliminação da palavra -ou- e ficar só a frase "e nos sistemas".

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** que no uso da palavra disse que o regulamento iria ser enviado ao Gabinete Jurídico para lhe serem introduzidas as leis habilitantes.

Quanto às regras, perguntou se se aplicam ou não as do código da estrada? Como vamos punir quem não cumpre? Está convencido que as multas a aplicar são legais. Mais ninguém do que a Câmara tem autoridade para aplicar as sanções, mas se o Regulamento tiver de ser alterado, altera-se. Quanto à recolha do lixo, a ecopista tem papeleiras ao longo do percurso. Bebedouros não tem, nem estão previstos. Há forma de a compra ao logo da pista e quem não tiver dinheiro ou não quiser comprar, terá de abastecer-se no inicio da pista. Falta ainda concluir parte do projecto, nomeadamente o arranjo das estações. A de Amarante não será aceite enquanto lá existir o armazém de materiais que lá existe. A casa do guarda, será recuperada logo que possível.

Continuou a sua intervenção para dizer que não concorda com a divisão da pista, porque isso ia criar mais problemas. A pista é para lazer e não para corridas, que eventualmente poderão ser autorizadas em situações muito especiais. Por essa razão, não concorda com o Dr. Pedro

Cunha, porque a pista como é para desporto de lazer, não tem de ter obrigatoriamente tanta rigidez no que diz respeito a segurança.

**DR. NORTE SIMÕES – BE**

No uso da palavra disse que se todas as pessoas cumprissem as regras e tivessem civismo nada acontecia. Mas todos sabemos que isso não funciona assim e por isso é que pede que se divida a ciclovia. Na Suíça, por exemplo os corredores que pisarem a linha das bicicletas são logo chamados à atenção.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou de novo a palavra para dizer que por mais regras que hajam, não conhece a isenção total do risco. A pista é para ser utilizada e se tiver muitas restrições começa a impor muitas limitações às pessoas.

**SR. AVELINO CARMO – PS**

No uso da palavra disse que não há notícia de haver acidentes em muitas das outras pistas espalhadas pelo país. Estamos a arranjar um drama onde ele não existe. A ecopista foi feita para caminhar e andar de bicicleta em ritmo de lazer. Não concorda com a divisão da pista porque isso vai levar a que as pessoas comecem a andar em fila. Por mais regulamentos que venham a existir, serão certamente os frequentadores daquele espaço a fazer as regras. O regulamento deve ser aprovado tal e qual está e se houver alterações a fazer far-se-ão depois.

Como não havia mais nenhum senhor deputado para usar da palavra passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 0**

**ABSTENÇÕES – 0**

**VOTOS A FAVOR – 78**

As alterações propostas ao artigo 6º obtiveram o seguinte resultado:

**VOTOS CONTRA – 72**

**VOTOS A FAVOR – 3**

O senhor deputado **Avelino Carmo** fez uma declaração de voto: Disse que votou contra porque com estas alterações pretende-se ser mais papista que o papa. Pretende-se criar as obrigatoriedades que não o são na via pública, logo não se percebe porque é hão-de sê-lo ali.

Por sua vez, o senhor deputado **Eng. Henrique Baptista**, disse que o senhor Avelino Carmo tem razão, porque nada invalida que os ciclistas sejam obrigados. Agora, devem circular em segurança.

O senhor **Presidente da Junta de Oliveira** pensa que há um equívoco que está no início da frase. Deve substituir-se a frase que lá está por "é aconselhável".

O senhor deputado **Dr. Adriano Santos** disse que uma vez que não há sanções, estamos a discutir o quê?.

Entretanto foi proposta uma alteração ao artigo 9º. Onde se lê "resíduos tóxicos e/ou perigosos", foi proposto que ficasse só "resíduos tóxicos ou perigosos". Esta alteração foi votada com dois votos contra e 76 a favor.

Usou de novo a palavra a senhora deputada **Dra. Amélia Oliveira**, que disse que votou a favor porque esta alteração ao regulamento haverá pelo menos um efeito dissuasor. Disse também que juridicamente o artigo 11º é inexistente.

**PONTO Nº 6 – ANÁLISE DO PEDIDO DE CERTIDÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO SOLICITADO POR EDIVIMEÃ – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES LDA.**

Relativamente a este assunto, usaram da palavra os senhores:

**SR. AVELINO CARMO – PS**

No uso da palavra, disse que este pedido de certidão é igual a muitos outros que já tem passado pela Assembleia e que foram aprovadas. Estas situações com alguns terrenos acontecem porque há erros no PDM no que diz respeito à classificação de solos. É uma firma de Amarante e por isso deve-se apoiar este pedido de certidão. A Bancada do PS votará a favor

**ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD**

No uso da palavra, começou por dizer que se acusa muitas vezes o PDM de ter erros. Convém não esquecer que quando o PDM foi elaborado, teve como base a cartografia militar, à escala 1/25000, essa sim muitas vezes errada. Sem a revisão aprovada, e com as devidas correcções feitas, muitos mais casos vão aparecer e muitos não se conseguirão resolver.

De seguida usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que concordava com o orador anterior, mas a solução era essa por não havia outra cartografia disponível. Na altura, o sistema foi muito complexo. A Lei agora permite que se resolvam alguns casos quando está em jogo o interesse público. Em Amarante há áreas que são florestais e lado a lado com essas existem outras iguais que já não o são. Um dos grandes problemas que tem contribuído para este atraso é o facto de haver muitas entidades envolvidas no processo.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto. Apuraram-se os seguintes resultados:

**VOTOS CONTRA – 0**

**ABSTENÇÕES – 0**

**VOTOS A FAVOR – 75**

O ponto foi então aprovado por UNANIMIDADE. Foi também aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

Como não havia mais nenhum ponto na Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião desta Assembleia quando eram zero horas e trinta minutos. Da reunião foi lavrada a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

**O PRESIDENTE** \_\_\_\_\_

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_